

O ANO DO GRANDE TESTE

Maria João Rodrigues*

2011 vai ser o ano do grande teste. Para o mundo, para a Europa, para Portugal.

Para o mundo, porque a crise financeira e a grande recessão que eclodiram em 2008 parecem ter sido controladas, mas não estão ainda completamente vencidas, e ainda menos prevenidas para o futuro.

Para a Europa, porque essa crise pôs a nu a maior lacuna da construção europeia, que é a de uma união monetária sem união económica, e a Europa vai ter de decidir se quer ou não colmatá-la.

Para Portugal, porque essa crise revelou as fragilidades do desenvolvimento português e Portugal vai ter de decidir se quer continuar ser ou não um país, ou seja um espaço económico e político capaz de se organizar e concertar internamente para assegurar a sua viabilidade a prazo.

Ao nível mundial a recuperação económica está em marcha, numa nova geografia mundial, onde as grandes potências emergentes tomaram claramente a dianteira do crescimento. Mas os EUA e a UE conservam a responsabilidade -que pode também ser uma grande oportunidade- de desbravarem o caminho para um novo modelo de crescimento, mais verde, mais inteligente, mais inclusivo e também assente num sistema financeiro mais responsável. A agenda do G-20 lançada em 2009 aponta nesse sentido, mas está a deparar-se com divergências que, a prolongarem-se, vão travar o seu impacto. Não vai ser suficiente travar guerras cambiais, o que é necessário é promover mais convergência estratégica em torno desse novo modelo de crescimento.

Depois temos o paradoxo europeu. A Europa, se unida, poderia dar cartas nesse novo jogo mundial, porque é ainda a segunda maior economia, tem excedentes e não défices em relação ao exterior, dispõe de notável massa crítica interna e mantém a dianteira desse novo modelo de crescimento. Mas está agora profundamente dividida sobre o modo de lidar com a dívida soberana, que foi empolada pelos pacotes de estímulo públicos lançados em 2008 para evitar a recessão. Há quem pense que a solução para este problema consiste apenas em exigir a cada Estado membro um esforço acrescido de austeridade orçamental, expondo-o à pressão discriminatória dos mercados financeiros. Esta opção é perigosa, não só para esse país, mas para a zona euro como um todo, porque pode

gerar uma dinâmica de divergências cumulativas, em termos de taxas de juro a pagar e também de possibilidades de crescimento.

Se queremos evitar a fragmentação ou a implosão, é chegado o momento de pôr em cima da mesa as grandes propostas de passagem a uma união económica. Elas deveriam prever um novo instrumento de emissão conjunta de dívida pública, através de *eurobonds*, garantindo um novo contrato com os mercados financeiros, que só a Europa como um todo tem força para impôr: uma perspectiva de remuneração estável e de longo prazo em troca de taxas de juro mais razoáveis. Este instrumento deveria dar preferência ao financiamento das grandes prioridades de investimento e o acesso a ele deveria estar condicionado a um esforço efectivo de disciplina orçamental e de coordenação das políticas económicas, fiscais e sociais. Assim se poderia dar corpo aos três princípios fundamentais a combinar para conduzir a bom porto a vasta reforma da governação económica europeia que está agora em curso: responsabilidade, solidariedade e cooperação. Este debate estará ao rubro nos próximos meses, incluindo na Alemanha.

Portugal deveria participar activamente nele, ao mesmo tempo que vai ser chamado a mudar de vida em várias frentes: reequilibrar o orçamento público, reduzir o endividamento privado das empresas e das famílias, aumentar as exportações com mais produtos e serviços de qualidade, combater o agravamento da pobreza e fazer tudo isto no quadro de uma estratégia de longo prazo que seja suficientemente mobilizadora para conservarmos confiança no futuro. Teremos actores para isto? Este teste começa em si.

**Conselheira junto das instituições europeias*